

Das causas na ciência política: uma intervenção filosófica necessária¹

Causes in Political Science: A Necessary Philosophical Intervention

[Artículos]

Enzo Lenine²
Rômulo Machado³

Fecha de entrega: 11 de marzo de 2022

Fecha de evaluación: 25 de julio de 2023

Fecha de aprobación: 03 de agosto de 2023

Citar como:

Lenine, E.; Machado, R. (2023). Das causas na ciência política: uma intervenção filosófica necessária. *Cuadernos de Filosofía Latinoamericana*, 44(129).
<https://doi.org/10.15332/25005375.8464>



Resumo

Como as definições de causa e causalidade são estabelecidas na ciência política? A explicação causal tornou-se fundamental para a constituição da disciplina como ciência capaz de produzir não só entendimentos, como também previsões acerca dos fenômenos políticos. Porém, a centralidade da causalidade tem sido reduzida à questão da inferência causal, elidindo discussões ontológicas, epistemológicas e metodológicas sobre o significado de causa. Neste artigo, exploramos os modelos de explicação causal na filosofia como forma de promover um diálogo entre as concepções de causalidade na ciência política para além do problema da inferência causal. Argumentamos que a ciência política recorre a diferentes concepções de causalidade, mas seu engajamento com reflexões mais substantivas ainda é limitado. Propomos um canal de

¹ Este artigo deriva do projeto de pesquisa "Causa, causação e causalidade: uma investigação da explicação causal em Ciência Política e Relações Internacionais", vinculado ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.

² Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. Correio eletrônico: lenine@ufba.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5280-4252>

³ Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. Correio eletrônico: romulosalba@outlook.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6447-9403>

diálogo com a literatura do realismo filosófico e suas intervenções sobre poderes causais, capacidades e tendências, as quais oferecem uma base ontológica para as discussões de causalidade na ciência política.

Palavras-chave: causalidade; explicação causal; análise causal; filosofia da ciência; filosofia da ciência política.

Abstract

How are definitions of cause and causality established in political science? Causal explanation has become fundamental for the constitution of the discipline as a science capable of producing not only understandings but also predictions about political phenomena. However, the centrality of causality has been reduced to the question of causal inference, avoiding ontological, epistemological and methodological discussions about the meaning of cause. In the article, we explore models of causal explanation in philosophy as a way to promote a dialogue between conceptions of causality in political science beyond the problem of causal inference. We argue that political science relies on different conceptions of causality, but its commitment to more substantive reflections is still limited. We propose a dialogue with the literature of philosophical realism and its interventions on powers, capacities, and causal tendencies, which provide an ontological basis for discussions on causality in political science.

Keywords: causality; causal explanation; causal analysis; philosophy of science; philosophy of political science.

Introdução

O advento das ciências sociais contemporâneas remonta aos desdobramentos institucionais e científicos do começo do século 20 que culminaram na constituição de disciplinas específicas para compreender os diversos fenômenos sociais, políticos e econômicos. A ciência política resulta desse processo, com sua institucionalização no contexto americano — especificamente, quando da fundação da Associação Americana de Ciência Política, em 1903 —, e, do ponto de vista epistemológico e metodológico, com a Revolução Comportamentalista ou Behaviorista (Almond, 1998; Farr, 1995; Gunnell, 2006; Peres, 2008). Subjacente a ambos os processos, a ideia de explicar fenômenos políticos a partir de observações do mundo real para encontrar padrões e regularidades orientou os esforços de consolidação de uma ciência da política inspirada em elementos das ciências newtonianas (Easton, 1962; Kirkpatrick, 1962).

A Revolução Comportamentalista desempenhou papel fundamental na consolidação dessa visão de ciência na ciência política, articulando tanto epistemológica como metodologicamente o conhecimento produzido pela pesquisa política. De um lado, a centralidade do comportamento político como objeto de análise permitiu às cientistas políticas mensurar e quantificar dados observados no mundo real, rompendo com uma longa tradição filosófica e jurídica dos estudos políticos (Peres, 2008). De outro, a imensa quantidade de dados coletados, aliada a desenvolvimentos na estatística, possibilitou testarem-se hipóteses sobre relações de causa e efeito entre diferentes fenômenos sociais e políticos. A explicação causal, aos poucos, passou a dominar o léxico da disciplina, sendo um dos elementos cruciais tanto no ensino quanto na prática da ciência política (Goertz e Mahoney, 2012; Kellstedt e Whitten, 2015; King et al., 2021).

Entretanto, em que pese a importância da causalidade, as reflexões dentro da disciplina têm-se limitado a episódicas e distraídas menções ao tema (Bevir, 2008), frequentemente recorrendo ou a reinterpretações da concepção de David Hume (Goertz e Mahoney, 2012), ou recuperando modelos causais utilizados na estatística, principalmente sob o rótulo da inferência causal (Holland, 1986; Kellstedt e Whitten, 2015; King et al., 2021). Investigações mais aprofundadas sobre a natureza da causa e da causalidade têm sido relegadas à filosofia, como em uma espécie de divisão de trabalho entre filósofas e cientistas políticas. Como resultado dessa divisão, contribuições filosóficas importantes sobre a natureza da explicação, de maneira mais ampla, e da causalidade, de maneira mais específica, têm sido negligenciadas no interior da ciência política. Modelos explicativos causais como o cairético (Strevens, 2008), manipulacionista (Woodward, 2003) e de padrões causais (Potochnik, 2015), apenas para citar alguns, são elididos nas discussões sobre causalidade na disciplina.

A negligência a tais debates traz consigo consequências importantes. Como salienta Cartwright (2007, p. 2): “nossa tratamento filosófico da causação deve esclarecer por que os métodos que nós utilizamos para testar relações causais fornecem uma boa garantia para os usos que fazemos dessas relações”⁴, o que implica, por sua vez, investigar os modelos causais aos quais as cientistas políticas subscrevem em suas pesquisas. Portanto, o problema da causalidade, mais do que algo resolvido, deve ser reposicionado na pesquisa política, principalmente à luz das diferentes formas de se evidenciarem relações causais e

⁴ Essa e as demais traduções foram realizadas pelos autores.

se fazer uso delas — como, por exemplo, para planejar políticas públicas (Cartwright, 2017).

Nesse contexto, partimos da seguinte questão neste artigo: como as definições de causa e causalidade são estabelecidas na ciência política? Propomos uma investigação filosófica dos significados de diferentes modelos causais na filosofia, ao passo que recuperamos os entendimentos sobre causalidade na ciência política. A partir desse duplo movimento, estabelecemos um diálogo entre as duas disciplinas com vistas a expandir o repertório de entendimentos sobre modelos causais, com vistas a aprofundar o debate ontológico, epistemológico e metodológico na disciplina. Tal abordagem tem sido tomada de maneira produtiva nas relações internacionais, em que discussões recentes sobre a natureza da explicação têm ressignificado o papel da explicação causal dos fenômenos internacionais (Kurki, 2008; Patomäki, 2017; Suganami, 1996; Wight, 2006). Um movimento de tal natureza se faz necessário na ciência política, principalmente diante da pouca disposição de cientistas políticas de se enveredarem por questões ontológicas e epistemológicas (Bevir, 2008).

O artigo está estruturado em três seções. Na primeira, discutimos como a filosofia da ciência e das ciências sociais entende a questão da causalidade na contemporaneidade. Ainda que o modelo humeano seja uma referência para as ciências sociais, atualmente o debate filosófico orbita ao redor de modelos específicos e avançados de causalidade. Na segunda seção, recuperamos as concepções de causalidade na ciência política, utilizando como referência a própria maneira como a causalidade é entendida nas discussões canônicas de metodologia (espaço no qual elas costumeiramente surgem). Central para a disciplina é a ideia de inferência causal, a qual, desde a obra de King et al. (2021), norteia parcela significativa dos debates. Finalmente, na terceira seção, propomos canais de diálogo entre filósofas e cientistas políticas no que tange às interpretações sobre causalidade. Apontamos como perspectivas sobre causalidade oriundas do realismo científico fornecem uma base ontológica mais produtiva para compreender o significado das relações causais, com implicações para o debate metodológico corrente na disciplina.

A filosofia e os modelos de explicação causal

As discussões sobre causalidade possuem uma longa tradição na filosofia. Na Antiguidade clássica, Aristóteles (2021) articulou uma das mais influentes tipologias de causas, caracterizando-as como causas materiais, formais, eficientes

e finais na sua teoria da *aitia*. O modelo aristotélico informou os debates filosóficos sobre causalidade por parte significativa da história das ideias e é com David Hume (1952) e suas novas interpretações acerca das relações causais e suas possibilidades que emerge um modelo influente sobre o pensamento científico. Subjacente ao projeto humeano, estava a crítica ao caráter ontológico da concepção de causa, de modo que sua proposta se assenta em um giro epistemológico sobre ela. De acordo com Hume:

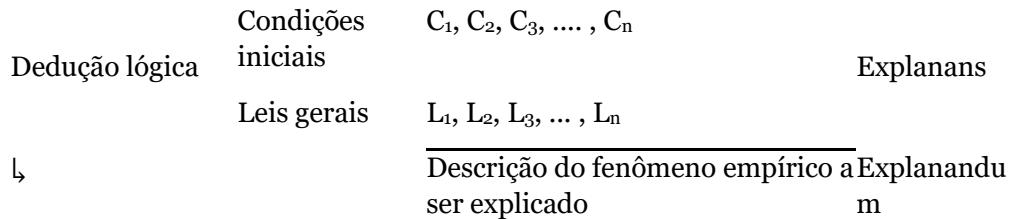
nós podemos definir uma causa como sendo um objeto, seguido por outro, e no qual todo os objetos similares ao primeiro são seguidos por objetos similares ao segundo. Ou, em outras palavras, se o primeiro objeto não houvesse acontecido, o segundo nunca haveria existido. (Hume, 1952, p. 477; ênfase no original)

A primeira parte da definição de Hume refere-se à dimensão de regularidade e conjunção constante de uma causa, que pode ser descoberta pela observação do mundo real, uma vez que “causas e efeitos são descobertos, não pela razão, mas pela experiência” (Hume, 1952, p. 459). Em outras palavras, “dizer que A causa B [...] é dizer que A e B são instâncias de alguma relação mais geral” (Garfinkel, 1981, p. 35). A segunda parte de sua definição, no entanto, refere-se a uma dimensão diferente da ideia de causa, a saber, a da contrafactualidade. Os contrafactuals não são de forma alguma idênticos às regularidades por várias razões, mas por ora basta dizer que pertencem a domínios distintos de investigação: as regularidades são observadas no mundo real, onde eventos causam outros eventos; enquanto os contrafactuals pertencem ao reino dos mundos possíveis, onde se pode imaginar o que teria acontecido se um determinado evento tivesse ocorrido ou não ocorrido (Reiss, 2017).

Embora influente, a abordagem de Hume sobre a causalidade não escapou ao escrutínio acadêmico e, mais notavelmente, durante o século 20, testemunhou uma variedade de movimentos distintos que tentaram, por um lado, formalizar a ideia de causas como regularidades (ou, pelo menos, associadas a elas); e por outro lado, que tentou fornecer interpretações alternativas de análise causal e explicação causal. Esses movimentos reagiram especificamente ao modelo dedutivo-nomológico proposto por Hempel e Oppenheim (1948), apontando suas falhas e sugerindo a retomada da causalidade como forma de preencher as lacunas do referido modelo.

O modelo dedutivo-nomológico assentava-se em uma estrutura relativamente simples de construção de explicações. Em sua notação original e influente, explicar significava demonstrar, por meio da dedução lógica, que um conjunto de

condições iniciais e leis gerais, denominado “*explanans*”, tornavam o fenômeno a ser explicado, o *explanandum*, esperado (Hempel e Oppenheim, 1948; Hempel, 1965). Essa estrutura básica pode ser representada da seguinte forma:



Fonte: adaptado de Hempel e Oppenheim (1948).

A estrutura do modelo explicativo de Hempel e Oppenheim foi profundamente criticada, apontando-se uma variedade de problemas não só nas implicações do modelo, como também em suas premissas (Godfrey-Smith, 2021). Um desses problemas refere-se à direção da explicação, que não é incorporada no modelo. O exemplo clássico do mastro e sua sombra ilustram essa fragilidade: conhecendo a altura do mastro e a posição do sol (condições iniciais), bem como as leis da trigonometria, é possível deduzir o tamanho da sombra projetada no chão; porém, conhecendo-se o tamanho da sombra e a posição do sol, é possível, pelas mesmas leis trigonométricas, deduzir a altura do mastro (Potochnik, 2015). Outros exemplos semelhantes indicam que a explicação tem uma direção preferencial, que pode ser capturada se se incorpora a noção de causa ao modelo explicativo. Dessa forma, a assimetria explicativa percebida no caso do mastro e sua sombra pode ser resolvida ao se compreender que causas explicam efeitos, mas não o inverso (Bromberger, 1966; Potochnik, 2015). Como consequência das insuficiências do modelo dedutivo-nomológico, o debate causal adquiriu novos contornos, com vistas a fornecer um modelo explicativo mais robusto do que aquele proposto originalmente por Hume e formalizado por Hempel e Oppenheim. Nesse sentido, a literatura identifica diferentes modelos de explicação causal: Cartwright (2014) destaca o de mecanismos (Hedström e Ylikoski, 2010; Salmon, 1984), poderes causais (Bhaskar, 2008; Cartwright, 1998, 1999; Elder-Vass, 2011), intervenção e manipulação (Franklin-Hall, 2016; Woodward, 2002, 2003) e associação probabilística (Cartwright, 2014). Em linha semelhante, Mantzavinos (2018) adiciona à lista anterior o modelo cairético de

Strevens (2008) e Rice e Rohwer (2021), os modelos de padrões causais (Potochnik, 2015). Cabe aqui expor brevemente os elementos centrais dessas diferentes concepções de explicação causal.

Um dos primeiros modelos a buscar resolver os problemas da proposta de Hempel-Oppenheim, integrando ao modelo explicativo dedutivo-nomológico a ideia de causalidade, foi o causal-mecânico (Mantzavinos, 2018, p. 4, nr. 5). Esse modelo, desenvolvido com mais profundidade por Wesley Salmon (1984), articula a ideia de mecanismos e processos causais como parte essencial da construção de explicações. De acordo com esse modelo, uma explicação de um determinado evento *E* mapeia os processos causais que levam até a realização de *E*. Os processos são caracterizados pela sua capacidade de transmitir uma marca espaço-temporalmente contínua que modifica localmente a estrutura de relações entre eventos (Woodward, 2003, p. 350). Essa linguagem, embora tenda a aproximar o modelo das ciências físicas, foi recuperada pelas ciências sociais com o argumento de que explicar um fenômeno social significa revelar os mecanismos causais que produzem um determinado efeito social (Hedström e Ylikoski, 2010).

Uma alternativa ao modelo de leis gerais recorre às noções de poderes causais⁵ e capacidades. Nancy Cartwright (1999, pp. 59, 64) desenvolveu a concepção de capacidades como tendências, habilidades e propensões a gerar diferentes tipos de comportamento, os quais são irredutíveis a um único resultado. As capacidades têm o poder de gerar resultados, mas não de forma determinística como o modelo dedutivo-nomológico, dado que a própria noção de lei geral é intrinsecamente problemática: as leis são “descobertas” em experimentos blindados de interferências externas, seguindo uma série de protocolos sustentados por condições *ceteris paribus* (Cartwright, 1999, 2007). Nesse sentido, a linguagem de capacidades permitiria revelar relações causais dentro de uma possibilidade de produzir efeitos, reconhecendo que variações contextuais podem impactá-los.

O modelo intervencionista, por sua vez, parte do pressuposto de que explicar significa encontrar generalizações que se demonstrem invariantes, mesmo que seu caráter não seja exatamente de uma lei (Franklin-Hall, 2016). A noção de intervenção postulada por Woodward (2003, pp. 98, 99) implica que, para uma relação causal entre X e Y existir, uma intervenção em X (real ou contrafactual)

⁵ O apelo a poderes causais e capacidades tem sido produtivamente articulado em versões variadas do realismo filosófico, nomeadamente no realismo científico (Psillos, 1999), no realismo crítico (Bhaskar, 2008) e no realismo estrutural (Ladyman et al., 2007). Nas relações internacionais, debates recentes têm sido influenciados pela filosofia de Bhaskar e seus argumentos sobre causalidade.

não modificaria essa relação, e sim o valor de Y. Formalmente, a intervenção I deve manter uma relação causal direta com, e somente com, X, não afetando Y — e daí a ideia de manipulação, uma vez que ela presume intervir/manipular o valor de X por meio de I (Cartwright, 2014, p. 316). No modelo de Woodward, a intervenção desempenha o papel de pensar os mundos possíveis (ou contrafactuals) nos quais a manipulação das variáveis é realizada a fim de identificar suas relações entre si e determinar a existência de causalidade (Woodward, 2003; ver também Jansson, 2014). Ao manipular uma determinada variável e verificar que essa manipulação afeta o comportamento de outra variável, evidencia-se a relação causal.

Já o modelo de associação probabilística perpassa os entendimentos estatísticos contemporâneos sobre o significado de causalidade (Holland, 1986; Psillos, 2002). Segundo essa perspectiva, a presença de uma determinada causa aumenta a probabilidade de se observar um determinado efeito e, para avaliar essa relação de causalidade sem recair nas armadilhas do lema “correlação não é causação”, variáveis extrínsecas à relação causal devem ser controladas (Cartwright, 2014, pp. 312, 313). Esse modelo teve amplo desenvolvimento a partir da resolução do problema da inferência causal proposta por Holland (1986). De acordo com Holland, é impossível observar o valor de tratamento em uma unidade e o valor controle na mesma unidade para averiguar o efeito causal do tratamento sobre essa unidade (Holland, 1986, p. 947). Isso implicaria a impossibilidade da inferência causal, visto que a análise da relação de causalidade presume a capacidade de verificar se um dado tratamento à unidade gera algum efeito. Holland propõe uma saída estatística trabalhando com uma população em vez de uma única unidade para analisar o efeito causal médio, que seria observado não em nível individual, mas em nível populacional. Isso se tornou particularmente importante para os estudos clínicos randomizados controlados, utilizados nas diversas ciências, inclusive nas sociais por meio dos experimentos sociais (Cartwright, 2017; Morton e Williams, 2008).

O modelo cairético de Strevens (2008) preocupa-se com as causas ditas cruciais para que um determinado fenômeno ocorra (“*kairos*”, do grego, significa “momento oportuno”). Subjacente a esse modelo, está a ideia de que a construção de uma explicação causal perpassa, necessariamente, a identificação dos fatores causais determinantes para a realização de um determinado resultado físico ou social. Em última instância, prover uma explicação causal significa identificar as influências que fazem a diferença para que a relação de causa e efeito se manifeste. Strevens utiliza essa abordagem da causalidade como forma de

resolver o problema da assimetria das explicações, e utiliza-se de uma linguagem mais “livre” quanto às influências causais para refletir as práticas científicas de produção de explicações (Jansson, 2014). Ademais, seu modelo de explicação causal presume a existência de diferentes níveis de profundidade da realidade, em que cada um é explicado pelo nível mais profundo (Chernoff, 2014, p. 48). A construção da causalidade, portanto, reside na capacidade de estabelecer as relações causais em níveis cada vez mais profundos de modo a determinar as causas que conformam o “momento oportuno” que produz o efeito observado.

Finalmente, o modelo de padrões causais de Potochnik (2015) relaxa os termos de alguns dos modelos de causalidade supracitados (nomeadamente os de Salmon, Strevens e Woodward), especificamente no que tange aos padrões característicos dos deles (processos, mecanismos, intervenções). Em sua leitura, os padrões causais contêm uma ou mais propriedades do sistema ao qual o fenômeno de interesse está ligado e explicam na medida em que comunicam informações sobre o escopo dessa ligação ou dependência do fenômeno com o sistema (Potochnik, 2015). Portanto, trata-se de um modelo focado em dependências causais e seu escopo em termos das circunstâncias em que determinado conjunto de fenômenos é esperado.

Esse breve panorama nos permite observar que a existência de diferentes modelos de explicação busca responder e equacionar aspectos lógicos e substantivos do empreendimento explicativo (Mantzavinos, 2013). Cada um, a seu modo, parte de diferentes entendimentos sobre o que são e devem ser a ciência e a explicação científica, resultando no pluralismo de visões sobre o que significa explicar um determinado fenômeno. Destarte, a paisagem filosófica contemporânea assenta-se em uma diversidade de modelos de explicação que não são subsumidos a um único conjunto de regras: pelo contrário, diversos critérios e procedimentos informam esses modelos — e, dentro de um mesmo modelo, diferentes aplicações empíricas podem partir de critérios distintos (Rice e Rohwer, 2021).

Concepções de causalidade na ciência política

Apesar de sua longa tradição como campo da filosofia política, os estudos políticos adquirem os contornos disciplinares atuais no começo do século 20, quando da institucionalização das primeiras academias de ciência política. O pioneirismo da academia norte-americana foi fundamental no processo de consolidação não só da disciplina como separada das demais ciências sociais, como também para a determinação dos rumos de investigação científica, das

compreensões de ciência e da definição dos objetos de estudo da ciência da política, assim como os modos de se produzirem explicações (Almond, 1998; Gooding e Klingemann, 1998; Somit e Tannehaus, 1976).

O surgimento da ciência política, portanto, marca os desenvolvimentos da disciplina em seu lugar de origem, mas passa também a influenciar a maneira como outras academias mundo afora se estruturam (Abbott, 2001; Wœver, 2021). Em seus primeiros anos, os estudos da política mantiveram-se tributários do legado historicista, filosófico e jurídico de outrora, principalmente por meio da discussão das formas de governo e, mais importante, das instituições do bom governo. Emblemáticos desse debate foram os longos tratados institucionais (profundamente descritivos) de Woodrow Wilson (1963) e Walter Bagehot (2001) sobre as estruturas institucionais dos governos americano e britânico, respectivamente. Entretanto, a partir dos anos 1920, os avanços metodológicos realizados no contexto da Escola de Chicago — e sob a liderança de Charles Merriam — conferiram novos rumos aos entendimentos do que seria (e deveria ser) uma ciência da política e as formas como explicações sobre os fenômenos políticos deveriam ser produzidas (Heaney e Hansen, 2006). Inspirando-se nas conquistas da Revolução Comportamentalista da Psicologia (Almond, 1998), novos ideais de conhecimento científico se sobrepuiseram à tradição institucionalista em voga até então, subvertendo a unidade analítica das instituições para o comportamento político e, no campo metodológico, estabelecendo as abordagens quantitativas como forma de se pesquisar a política (Easton, 1962; Merriam, 1921).

Como resultado dos ideais do comportamentalismo — principalmente no que tange ao uso rigoroso dos métodos quantitativos inspirados nas ciências naturais e aos ideais de observação, mensuração, quantificação e generalização (Kirkpatrick, 1962; Peres, 2008) —, explicar, para a ciência política, tornou-se intimamente associado ao debate metodológico. A preocupação central após a ruptura com a forma ensaística e filosófica do momento anterior consistiu em alicerçar a ciência da política em uma imagem do que seria a forma de produção de conhecimento nas ciências naturais, nomeadamente a física. Nesse contexto, a mensuração dos fenômenos políticos, especificamente o comportamento político, converteu-se não só em um mantra que domina a disciplina até a contemporaneidade, como também conferiu base para que se pensasse a causalidade como associada à capacidade de testar hipóteses e generalizar achados (Box-Steffensmeier et al., 2008). Não por acaso, mesmo quando as anomalias e inconsistências do comportamentalismo passaram a se acumular, as formas alternativas de geração

de explicações acabaram ou por optar pela linguagem formal da matemática, via modelos formais (Hindmoor e Taylor, 2015; Shepsle, 2010); ou por recuperar a narrativa histórica dentro de parâmetros fundados em concepções de causalidade (Bennett e Checkel, 2015; Mahoney e Rueschemeyer, 2003; Pierson, 2004; Thelen e Mahoney, 2015). Em ambos os casos, a explicação causal ressignificou a concepção humeana, conferindo-lhe novos contornos e justificativas, bem como um léxico ampliado que orienta as pesquisas contemporâneas.

Apesar dos debates oriundos dessa trajetória histórica da disciplina, é nos anos 1990 que o problema da causalidade se tornou particularmente saliente, principalmente a partir dos debates metodológicos, através dos quais a discussão sobre causas e as formas de evidenciá-las se converteu em um profundo cisma entre tradições distintas de condução da pesquisa na disciplina (King et al., 2021). A questão metodológica centralizou a problemática na medida em que cientistas políticas associadas aos métodos quantitativos e qualitativos argumentavam que seus instrumentos de pesquisa seriam capazes de apontar as relações causais dos fenômenos políticos e internacionais (Dowding, 2016, p. 162). Mais especificamente, pairavam a certeza de que os métodos quantitativos apontariam de maneira mais direta a causalidade (mesmo diante do mantra de que “correlação não é causalidade”); e a dúvida sobre a capacidade dos métodos qualitativos de evidenciarem relações de causa e efeito.

No cerne da discussão metodológica está o problema da inferência causal. Na estatística, esse problema já acumulava uma variedade de abordagens, mas a síntese proposta por Paul Holland (1986) serviu de marco teórico e metodológico para os desenvolvimentos na ciência política, principalmente a partir da publicação da obra de King et al. (2021). Holland recuperou a ideia de causalidade ao postular o “problema fundamental da inferência causal”, descrito da seguinte forma: “[é] impossível observar o valor de $Y_t(u)$ [valor de tratamento sobre a variável u] e $Y_c(u)$ [valor de controle sobre a variável u] na mesma unidade e, portanto, é impossível observar o efeito de t em u ” (Holland, 1986, p. 947; grifo no original). Sua solução ao dilema foi de natureza estatística: em vez de pensar a intervenção na mesma unidade, Holland assumiu a saída estatística da análise do efeito do tratamento em uma população, como resultado agregado médio (Holland, 1986).

Alinhados à perspectiva de Holland (1986), King et al. (2021) propuseram uma ressignificação das metodologias em ciência política a partir dos sucessos das pesquisas quantitativas e da interpretação de inferência causal advinda da estatística. Seu modelo ajustado permitiria incorporar a dimensão altamente

probabilística dos fenômenos políticos dentro da lógica inferencial, que, segundo os autores, seria a mesma tanto para abordagens quantitativas como qualitativas. Não por acaso, sua definição de causalidade é mediada pela de inferência causal: “o efeito causal é a diferença entre o componente sistemático das observações, realizado quando a variável explicativa assume um valor e o componente sistemático de observações comparáveis quando a variável explicativa assume outro valor” (King et al., 2021, p. 80).

A proposta de King e colaboradores foi prontamente questionada nos anos imediatos à publicação da obra, destacando-se o simpósio “The Qualitative-Quantitative Disputation: Gary King, Robert O. Keohane, and Sidney Verba’s designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research”, publicado no volume 89, número 2, da *American Political Science Review*; e o livro editado por Henry Brady e David Collier (2010). Tanto quantitativistas quanto qualitativistas se opuseram à imagem de ciência da política oferecida pelos autores, demonstrando não só a pluralidade de formas de se desenvolverem argumentos na pesquisa qualitativa, como também a diversidade de metodologias subsumidas pelo rótulo de métodos quantitativos. Especificamente no que tange à causalidade, a preocupação de King et al. centrou-se na contraposição de outras formas de se analisarem as relações causais, não só aprofundando aquelas mencionadas *en passant* pelos autores, como outrossim aprofundando entendimentos que escaparam à obra, tais como *process tracing, insufficient but necessary part of a condition which is itself unnecessary but sufficient* (INUS), múltipla causalidade e mecanismos (Bennett, 2008, 2014; Gerring, 2017; Goertz e Mahoney, 2012; Waldner, 2017). A tabela 1 lista alguns dos entendimentos e discussões de causalidade que emergiram das disputas metodológicas nas últimas décadas e que informam as pesquisas contemporâneas em ciência política.

Tabela 1. Definições de causa e causalidade na ciência política

Autor(es) e referência	Definição
King et al. (2021, p. 80)	“The causal effect is the difference between the systematic component of observations made when the explanatory variable takes one value and the systematic component of comparable observations when the explanatory variable takes on another value.”
Collier et al. (2010, p. 2)	“We define a causal-process observation as an insight or piece of data that provides information about context, process, or mechanism, and that contributes distinctively to causal inference.”

Autor(es) e referência	Definição
Goertz e Mahoney (2012, p. 76)	<p>"It bears emphasizing that we are using Hume's ideas simply as a device for discussing the different ways in which the concept of 'cause' is used in the quantitative and qualitative cultures. We are focusing on the implicit philosophical understandings of cause that help to animate the two paradigms."</p>
Bennett e Checkel (2015, p. 12)	<p>"We thus define causal mechanisms as [...] ultimately unobservable physical, social, or psychological processes through which agents with causal capacities operate, but only in specific contexts or conditions, to transfer energy, information, or matter to other entities. In doing so, the causal agent changes the affected entities' characteristics, capacities, or propensities in ways that persist until subsequent causal mechanisms act upon them. If we are able to measure changes in the entity being acted upon after the intervention of the causal mechanism and in temporal or spatial isolation from other mechanisms, then the causal mechanism may be said to have generated the observed change in the entity."</p>
Jackson (2015, p. 279)	<p>"Causality in this conception [singular causation] involves the concatenation of causal mechanisms: the contingent coming together of processes and patterns of social action in such a way as to generate outcomes. [...] Although each specific combination of mechanisms is historically unique, the mechanisms themselves may occur in other contexts and other combinations. [...] Any comparison or generalization that takes place in this sort of research occurs at the level of mechanisms and their concatenation, and not at the level of presumptively whole and stable 'cases' subject to assumptions of causal homogeneity."</p>
Kellstedt e Whitten (2015, p. 77)	<p>"A noção de causalidade que está no centro dessas disciplinas [ciências físicas] envolve, principalmente, relações determinísticas — isto é, relações em que, se uma causa ocorre, então o efeito ocorrerá com certeza. Em contrapartida, porém, o mundo das interações humanas consiste em relações probabilísticas — nesse sentido, um aumento em X está associado ao aumento (ou à diminuição) na probabilidade de Y ocorrer, mas essas probabilidades não são certezas."</p>
Mahoney (2015, p. 203)	<p>"[A]t the level of the individual case, scholars may treat causes as INUS conditions. An INUS condition is a factor that is neither necessary nor sufficient for an outcome, but rather is one essential component of a combination of factors that are jointly sufficient for an outcome."</p>

Autor(es) e referência	Definição
Waldner (2015, p. 247)	<p>"Causal graphs, or directed acyclic graphs, are composed of nodes or vertices representing random variables (features of a causal system that can undergo change) and directed edges that connect nodes and thus represent relations of probabilistic causal dependence due to the 'strong' causal mechanism left tacit in the graph and represented by the arrow. Two nodes connected by an arrow have this precise meaning: the parent node is a direct cause of its descendant such that an exogenous intervention on X will change the distribution of the descendant variable holding all other variables in the model fixed. The causal graph is thus a complete statement of the causal relations (the average treatment effects) connecting X and Y."</p>
Gerring (2017, p. 24)	<p>"Causal inference in a quantitative context usually refers to the estimation of a fairly precise causal (treatment) effect. In qualitative contexts, the meaning of causal inference is more complicated. First, inferences about a causal effect are apt to be looser and less precise (unless the relationship is deemed to be deterministic). Typically, an author will attempt to determine whether X is a cause of Y and whether its effect is positive or negative. Sometimes, an attempt will be made to account for all the causes of an outcome (a causes-of-effects style of research). Invariably, there will be an attempt to identify a mechanism. Indeed, the latter may form the main focus of analysis, as it would be in situations where a causal effect is presumed at the outset, perhaps as a product of quantitative analysis."</p>

Fonte: elaboração própria. Observação: optamos por manter os fragmentos no original.

Ainda que não sejam exaustivas, as definições de causa e causalidade apresentadas na tabela 1 convergem para determinados entendimentos na literatura contemporânea de ciência política. Se, de um lado, a noção de inferência causal advogada por King et al. (2021) encontra ressonância entre pesquisadoras associadas às abordagens quantitativas (como é o caso de Kellstedt e Whitten, 2015), demonstrando, portanto, a persistência do modelo de Neumann-Rubin-Holland na construção da análise causal; de outro lado, há diversas interpretações que recorrem à linguagem de mecanismos causais, padrões e processos que não se subsistem ao tratamento estatístico dado à ideia de causalidade — ao menos não na forma da inferência estatística advogada por Holland (1986), mas vale ressaltar que há um campo recentemente aberto na construção de validação causal a partir da inferência bayesiana (Bennett, 2008, 2014). Outrossim, percebe-se que essas concepções de causalidade reconfiguram, a seu modo, a causa humeana através das lentes metodológicas das abordagens quantitativa e qualitativa. Isso significa que tanto a primeira definição de Hume sobre a sequência de eventos como a segunda definição sobre contrafactuals se encontram subjacentes aos esforços de

operacionalização metodológica de relações causais. Nesse contexto, questões de natureza ontológica e epistemológica sobre causa e causalidade raramente ocupam um lugar central na pesquisa política: a preocupação é identificar, por meio dos métodos de investigação, as relações causais, não inquirir sobre o que são elas e qual sua natureza.

Porém, o que esse péríodo por diferentes definições sinaliza? Primeiramente, a coexistência de variadas interpretações aponta um pluralismo de modelos causais, dentro do qual a noção de inferência desempenha, ainda, um papel fundamental (Gerring, 2017). Em segundo lugar, o engajamento com a filosofia da ciência tem sido um investimento bastante limitado: alguns, como Kellstedt e Whitten (2015), demonstram certa impaciência com as discussões filosóficas, ao passo que outros, como Bennett e Checkel (2015), buscam conciliar os debates na filosofia da ciência com as questões de interesse na ciência política. De todo modo, salvo esforços pontuais, o diálogo com os modelos causais mais recentes na filosofia ainda se encontra marginalizado. Um terceiro ponto deriva do segundo: dada a parca articulação com a Filosofia, as definições de causalidade frequentemente se apresentam polissêmicas — vide, por exemplo, o conceito de mecanismo causal (ver também Hedström e Ylikoski, 2010) e suas implicações para diferentes modos de pesquisa causal, seja no modelo inferencial (Bennett, 2008), seja no modelo hermenêutico (Jackson, 2015) —, o que, por sua vez, implica desafios não só para a construção da análise causal, como sua posterior validação.

Inquirindo a causalidade: diálogos necessários entre filosofia e ciência política

Os diversos léxicos utilizados pelas cientistas políticas para compreender e capturar a causalidade não emergem do vazio: eles resultam de considerações filosóficas sobre o que significam causas e relações causais. Mesmo que a prática da disciplina raramente se preocupe em esclarecer seus pressupostos filosóficos (Bevir, 2008), isso não desvincula de preocupações caras à Filosofia. O problema que se coloca, portanto, reside na recuperação do lugar da filosofia na ciência política, estabelecendo canais de diálogo que não só informem as considerações sobre causalidade naquela disciplina, como outrossim atualizem as perspectivas utilizadas na pesquisa política, seja implícita (como resultado de escolhas de desenho de pesquisa), seja explicitamente (a partir de engajamentos substantivos com os modelos causais).

Esse é, sobremaneira, um desiderato da pesquisa científica, inclusive reconhecido pela comunidade acadêmica de ciência política. A explicação de um fenômeno na ciência presume o reconhecimento das suposições e premissas assumidas para explicar esse fenômeno — no caso em tela, os modelos causais subjacentes à investigação científica. Embora muitas cientistas políticas assumam que não há uma fórmula definitiva de pesquisa causal para todo tipo e qualquer tipo de pesquisa (Goertz e Mahoney, 2012; Kellstedt e Whitten, 2015; King et al., 2021), ainda assim entendem a importância de uma teoria que justifique a presença de uma relação causal e a capacidade explanatória dos modelos apresentados na pesquisa. Porém, essa preocupação frequentemente se apresenta subdesenvolvida ao se notarem os silêncios e as ausências no que tange à consideração de modelos de causalidade desenvolvidos mais recentemente.

Nesse sentido, canais de diálogo entre ciência política e se filosofia são possíveis com vistas a promover a reflexão sobre causalidade naquela disciplina a partir dos aportes desta. Um rumo a ser tomado envolve o aprofundamento da discussão sobre mecanismos e poderes causais, que adquiriu novos contornos na filosofia com o giro realista (Bhaskar, 2008; Chakravartty, 2010; Godfrey-Smith, 2021; Psillos, 1999, 2018) e foi-se aprofundando com modelos de explicação causal focados em capacidades, tendências e intervenções (Cartwright, 1998, 1999, 2007; Elder-Vass, 2011; Woodward, 1992, 2003).

A predominância da concepção humeana de regularidades e conjunção constante como substância da causalidade, associada outrossim às leis gerais não só pelo positivismo lógico, como também pelas tentativas de corrigi-lo e/ou superá-lo, levou um conjunto de filósofas a propor alternativas para a ideia de causa e explicação causal. A concepção de poderes causais emerge como uma dessas propostas, que visa não só a conferir um novo marco ontológico para a explicação causal, como também a rever o modelo de lei geral como fundamento da explicação (Bhaskar, 2008; Cartwright, 1989; Elder-Vass, 2011). Subjacente a essa leitura, tanto os objetos do mundo natural como do mundo social apresentam tendências e capacidades, *id est* poderes causais de produzir resultados ou “de fazerem as coisas acontecerem”. Não por acaso, Cartwright os define da seguinte forma:

a noção de capacidade tem três elementos: 1) potencialidade (capacidades descrevem o que um fator pode fazer em abstrato, não o que realmente acontece em plena realidade empírica); 2) causalidade (afirmações sobre capacidade não são afirmações sobre coassociação, mas sobre quais resultados um fator pode produzir); e 3) estabilidade (a capacidade de produzir o efeito em questão deve

persistir em alguma variação de circunstância prevista). (Cartwright, 1998, p. 45; ênfase no original)

A proposta de Cartwright deriva do reconhecimento das limitações do modelo dedutivo-nomológico de Hempel e Oppenheim, bem como dos fundamentos da causalidade subjacentes aos modelos de explicação causal nele inspirados (Cartwright, 1999, 2007). Em sua crítica, a autora aponta a artificialidade dos experimentos científicos, os quais se baseiam na construção de cenários hermeticamente controlados contra interferências não só externas do ambiente, como, sobremaneira, *vis-à-vis* os pressupostos das teorias que delineiam a natureza de uma dada lei geral. O sistema fechado do experimento permite que as regularidades produzidas por uma lei geral sejam observadas, mas isso não garante que, em condições abertas (ou seja, no mundo real, sem os controles estabelecidos no laboratório), as mesmas previsões se concretizem (Cartwright, 1999). Na verdade, é mais provável que tais regularidades e padrões não ocorram no mundo real tal como preconiza a lei. Destarte, a ideia de capacidade, ao apontar as tendências para que determinados resultados aconteçam, seriam mais efetivas na construção de explicações causais. Em outras palavras, as capacidades revelam os poderes causais num sistema aberto, que é suscetível a interferências e variações diversas.

Bhaskar (2008) segue a mesma linha delineada por Cartwright. Embora partam de perspectivas diferentes no realismo filosófico, ambos coincidem na interpretação acerca do caráter limitado da causalidade humeana e seus desenvolvimentos posteriores. A aproximação da causalidade com uma lei geral esconde as condições artificiais de construção da explicação causal, as quais presumem a existência de sistemas fechados (Bhaskar, 2008; Cartwright, 1999, 2007)⁶. Bhaskar, nesse sentido, avança a crítica aos modelos humeano e dedutivo-nomológico, sugerindo, em seu lugar, uma abordagem também focada nos poderes causais. Para ele, o mundo é constituído de poderes e tendências, em vez de eventos atomísticos, como postula o empiricismo (Bhaskar, 2008, p. 184). As tendências resultam das propriedades constituintes das entidades reais, ao passo que os poderes se referem à capacidade de produzir algo (fazer algo acontecer) com base nas tendências constitutivas (Bhaskar, 2008, pp. 229-231; ver também Harré, 1970). Nesse sentido, e considerando o problema da causalidade, explicar um fenômeno envolve apontar seus mecanismos e seu funcionamento, mais do

⁶ Ambos mencionam as cláusulas *ceteris paribus* como parte funcional da construção da explicação causal nos modelos humeano e dedutivo-nomológico. Uma cláusula *ceteris paribus*, ao manter os elementos extrínsecos “constantes”, elimina as interferências no arranjo hermético da explicação.

que especificar uma lei geral, evocando as tendências e os poderes causais nelas ensejados. Segundo o autor (2008):

Para invocar uma lei, devo ter fundamentos para supor um mecanismo generativo em funcionamento. Estes compreendem: (a) terrenos independentes, preferencialmente em condições experimentalmente fechadas, para o modo de operação do mecanismo; (b) fundamentos para a satisfação das condições antecedentes (ou estímulos) para a operação do mecanismo na ocasião particular em questão; e (c) a ausência de fundamentos específicos para supor uma quebra ou transformação do mecanismo naquele caso. Os mecanismos generativos [...] devem ser analisados como os modos de agir das coisas; e suas operações devem ser compreendidas em termos do exercício de *tendências e poderes causais*. Tendências podem ser possuídas sem serem exercidas, exercidas sem serem realizadas e percebidas sem serem percebidas (ou não detectadas) pelos homens.” (Bhaskar, 2008, p. 184; ênfase dos autores)

Bhaskar é enfático no que tange ao objetivo das ciências, qual seja, explicar os fenômenos a partir dos seus mecanismos, não das regularidades derivadas de conjunções constantes (Bhaskar, 2008, cap. 3)⁷. Por essa razão, a lógica de leis gerais que se eximem de interpelar e investigar os mecanismos subjacentes aos fenômenos não é capaz de responder às questões centrais da ciência, menos ainda de fornecer uma base sólida para compreender as relações causais entre fenômenos do mundo real. Nesse sentido, ao recorrer a tendências, Bhaskar recupera o poder causal dos mecanismos e flexibiliza, nesse movimento, o caráter estritamente pre ditivo das leis gerais. Estabelece-se, portanto, um edifício de causalidade assentado na capacidade de gerar resultados a partir da operação de mecanismos reais, estes responsáveis pelas relações entre os fenômenos — e não mais uma causalidade humeana de eventos que se sucedem de maneira regular, ou de uma causalidade fundada em transmissão de *momentum* (Bunge, 1979).

Como se pode notar, ambas as abordagens evocam poderes causais e mecanismos como parte do léxico da causalidade, oferecendo uma releitura dos processos científicos de produção de conhecimento e alicerçando-os em bases ontológicas abrangentes. Aprofundando e delimitando a concepção de mecanismos, Woodward propõe que as invariantes são o foco de atenção para identificar e

⁷ “A explicação em termos de rede conceitual de poderes/tendências evita a circularidade e a trivialidade das ‘explicações’ que seguem o modelo de Popper-Hempel, no qual um evento não pode ser explicado de outro modo a não ser pela subsunção sob generalizações” (Bhaskar, 2008, p. 233).

mapear os mecanismos, sugerindo, em linhas semelhantes, que são eles detentores de poderes causais. Os invariantes são uma peça fundamental na medida em que recuperam um elemento central da explicação que vem desde os modelos humeano e dedutivo-nomológico, e estabelecem um marco para compreender o empreendimento explicativo a partir da manipulação contrafactual deles. Eis como o autor define mecanismos causais em termos de invariantes:

Um modelo de mecanismo (a) descreve um conjunto organizado ou estruturado de partes ou componentes, onde (b) o comportamento de cada componente é descrito por uma generalização que é invariante sob intervenções, e onde (c) as generalizações que governam cada componente são também independentemente variáveis, e onde (d) a representação nos permite ver como, em virtude de (a), (b) e (c), a saída [output] geral do mecanismo variará sob a manipulação da entrada [input] para cada componente e mudanças nos próprios componentes. (Woodward, 2002, S375)

Nota-se, na definição acima, que os mecanismos presumem a possibilidade de manipulação, um elemento central do modelo manipulacionista/intervencionista de explicação causal. O modelo intervencionista de Woodward é particularmente apropriado para compreender duas abordagens explicativas dentro da ciência política contemporânea: a primeira refere-se ao tradicional uso de equações estruturais, e a segunda, aos experimentos sociais. Nas equações estruturais, as variáveis que as compõem podem ser vistas como variáveis passivas de manipulação/intervenção (Woodward, 2003; ver também Kincaid, 2008). Nesses modelos, a proposição de funcionais matemáticos e a estimação dos mesmos a partir de dados do mundo real visam não só à usual representação de correlações, mas sim à visualização de relações entre variáveis passíveis de manipulação. A estrutura de uma equação desse tipo assemelha-se à de equações físicas, nas quais as variáveis podem ter seus valores manipulados para avançar investigações sobre seus comportamentos sobre uma outra variável. Aqui a dimensão contrafactual do modelo de Woodward desempenha um papel fundamental, principalmente porque os fenômenos sociais são menos propensos à manipulação direta se comparados a uma variedade de fenômenos naturais (nomeadamente, àqueles de natureza experimental e laboratorial). Os experimentos sociais, por sua vez, investigam os fatores causais subjacentes a um determinado fenômeno com vistas à possível intervenção social, algo especialmente caro ao campo de políticas públicas (Cartwright, 2017; Morton e Williams, 2008). Neles, o objetivo central consiste em identificar relações causais a partir da construção de cenários controlados pelas pesquisadoras, para, *a posteriori*, desenhar políticas públicas de maior

alcance, manipulando e intervindo nas variáveis de modo a atingir os resultados sociais desejados.

Em ambos os casos supracitados, a reinterpretarão de equações estruturais e experimentos sociais a partir da proposta de Woodward reconfigura o significado de causalidade em fenômenos sociais. De fato, esse tem sido um desafio perene na disciplina (Gerring, 2017; Goertz e Mahoney, 2012; Kellstedt e Whitten, 2015; King et al., 2021), frequentemente abordado por meio da conceituação metodológica associada aos debates quanti-quali. Porém, o modelo de explicação causal de Woodward aglutina as diferentes posições metodológicas ao demonstrar que a reflexão causal se assenta na capacidade de intervenção, real ou contrafactual. Destarte, o centro analítico torna-se a intervenção, e não mais a escolha metodológica. Não significa que os métodos não importem, mas sim que a justificação de sua capacidade de evidenciar a causalidade reside na demonstração de quais intervenções em uma determinada variável promovem efeitos em outra variável.

Em larga medida, a pesquisa em ciência política alicerça-se direta e indiretamente na capacidade de manipular o mundo com vistas a intervir nele. Como já mencionado, no campo de políticas públicas, isso tem-se tornado um desiderato, o qual se reflete no uso cada vez mais extensivo de experimentos controlados (Cartwright, 2017). A que possam pesar as questões ontológicas, epistemológicas e metodológicas de tais experimentos, o fato é que subjaz a eles a possibilidade de manipular fatores sociais com o objetivo de produzir uma realidade desejada. Essa é uma demanda concreta da prática política dos governos: intervir para produzir resultados de interesse da sociedade e da classe política.

Porém, a possibilidade de intervenção presume a ressignificação das relações causais a partir da lógica de poderes, capacidades e tendências, e não do modelo humeano de conjunção constante, desprovido de qualquer ontologia sobre causalidade para além da sequência de eventos; ou do modelo dedutivo-nomológico, destituído de compromissos ontológicos com a explicação causal. Ao conferir primazia ontológica real às relações causais, estabelece-se uma distinção entre elas e os padrões de eventos que caracterizam o empiricismo, este voltado para elencar regularidades e construir explicações orientadas para a previsão, sem reflexão sobre os porquês subjacentes aos fenômenos do mundo real (Bhaskar, 2008). Na ciência política, essa perspectiva implica reconsiderar a maneira como são construídas as explicações causais para além dos ditames metodológicos que caracterizam o cisma entre qualitativistas e quantitativistas, nos quais persistem entendimentos sobre causalidade fundados em versões dos modelos humeano e

dedutivo-nomológico (e variações), projetados para identificar padrões mais do que para engajar-se com uma investigação aprofundada do que gera (e por que gera) esses padrões. Trata-se, portanto, de um resgate da ontologia da explicação que é anterior à metodologia.

Esse processo vem sendo feito na disciplina irmã da ciência política, qual seja, as Relações Internacionais, apoiando-se, em larga medida, nas contribuições do realismo científico (Dessler, 1989; Wendt, 1999) e do realismo crítico de Bhaskar (Kurki, 2008; Patomäki e Wight, 2002; Patomäki, 2017; Wight, 2006). Percebeu-se, no campo metateórico das relações internacionais, que o diálogo com a filosofia da ciência através do realismo filosófico era necessário para esclarecer dilemas acerca da explicação causal na disciplina⁸. A leitura de poderes causais emerge como uma forma de situar uma compreensão ontológica das relações causais assumindo *pari passu* um oportunismo epistemológico e metodológico, capaz de acomodar as diferentes condições e práticas de produção de conhecimento sobre os fenômenos internacionais (Kurki, 2008). Nas relações internacionais, a reconfiguração do debate sobre causalidade a partir do realismo filosófico gerou reflexões acerca da natureza da explicação, suas condições de produção, seus múltiplos significados dentro da disciplina, os critérios para a avaliação de explicações entre outras questões que mergulharam na filosofia das ciências sociais e na metateoria (Chernoff, 2007, 2014; Lebow, 2022; Kurki, 2008; Suganami, 2008).

Passo semelhante é necessário na ciência política e é nesse sentido que as abordagens de Bhaskar, Cartwright e Woodward fornecem uma filosofia da explicação e da causalidade ontologicamente situada (nomeadamente, nos mecanismos e seus poderes causais de gerar resultados), epistemológica e metodologicamente flexível, permitindo a acomodação das diferentes tradições de produção do conhecimento na disciplina. Esse reengajamento com a filosofia, pelos canais assinalados, constitui um desiderato de reflexão dentro da ciência política acerca dos seus objetos, práticas de pesquisa e produção de conhecimento. Permite-lhe, outrossim, reconfigurar seus significados *vis-à-vis* os compromissos ontológicos, epistemológicos e metodológicos, bem como a relevância da disciplina para a sociedade, tema cada vez mais urgente em tempos de

⁸ O diálogo das relações internacionais com a filosofia da ciência não se dá unicamente pela via do realismo científico: autores como Chernoff (2007, 2014) e Jackson (2016) recorrem a outras abordagens filosóficas para refletir sobre a ontologia da explicação na disciplina.

questionamento do valor das ciências sociais e humanas (Hay, 2015; Stoker, 2015).

Conclusão

A ciência política consolidou-se como ciência ao longo de um largo processo de institucionalização disciplinar, cujos marcos mais substantivos deram-se no século 20. À medida que determinados valores se alicerçavam na disciplina, esta começou a distanciar-se da filosofia, com a qual partilha uma história ainda mais antiga que remonta à Antiguidade clássica. Como consequência, importantes reflexões acerca do que significa explicar fenômenos políticos — e explicar de maneira causal — foram por muito tempo negligenciadas por cientistas políticas, seja por acreditarem que o debate sobre causalidade estava resolvido, seja por ignorarem as reflexões sobre o tema na filosofia das ciências.

Ao longo deste artigo, recuperamos as concepções de causalidade que informam os debates na filosofia, demonstrando a pluralidade de visões sobre o tema. A causalidade está longe de ser um tema pacificado, coexistindo diferentes modelos causais nas ciências. A escolha de um determinado modelo informa a maneira como são tecidas as explicações, com implicações para seus usos e significados. Porém, prevalecem na ciência política concepções profundamente atreladas a um modelo de causação — o humeano e suas variações —, com outros modelos orbitando ao redor dele. Em ambos os casos, a reflexão sobre os significados de causalidade nesses modelos tem-se limitado a engajamentos endógenos, com poucas interações com a filosofia.

Propusemos um reengajamento com a filosofia através da filosofia da ciência com vistas a construir pontes no que tange aos entendimentos sobre causalidade na ciência política. Sinalizamos caminhos nesse processo, principalmente a partir de uma reconfiguração do debate com base nas contribuições do realismo filosófico e da teoria de explicação causal de Woodward. Em nossa argumentação, ambos fornecem fundamentos ontológicos para conduzir a reflexão sobre epistemologia e metodologia da explicação e da causalidade na ciência política. Ao reposicionar a ontologia no debate, questões epistemológicas e, principalmente, metodológicas adquirem sentido, avançando nos significados da produção de explicações causais sobre fenômenos políticos para além dos cismas entre tradições de métodos.

Evidentemente, o convite ao diálogo perpassa a aproximação entre filósofas e cientistas políticas. Mais importante, ele requer o reconhecimento da relevância das reflexões proporcionadas pela filosofia da ciência (e das ciências sociais,

particularmente) para a ressignificação contínua do conhecimento produzido na ciência política. O desafio, portanto, é romper o movimento de separação disciplinar do século passado e reconsiderar o lugar da filosofia na ciência política, com vistas justamente a tornar mais fecundos os debates sobre a ciência e o conhecimento nessa disciplina.

Referências

- Abbott, A. (2001). *Chaos of disciplines*. University of Chicago Press.
- Almond, G. A. (1998). Political science: the history of the discipline. Em R. E. Goodin & H. Klingemann (eds.), *A new handbook of political science* (pp. 50-96). Oxford University Press.
- Aristóteles. (2021). *Metafísica*. (Gomes, C. H., trad.). Edições 70.
- Bagehot, W. (2001). *The English Constitution*. Oxford University Press.
- Bennett, A. (2008). Process tracing: A Bayesian perspective. Em J. M. Box-Steffensmeier, H. E. Brady & D. Collier (eds.), *The Oxford Handbook of Political Methodology* (pp. 702-721). Oxford University Press.
- Bennett, A. (2014). Process tracing with Bayes: Moving beyond the criteria of necessity and sufficiency. *Qualitative & Multi-Method Research*, 12(1), 46-51. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.894552>
- Bennett, A. & Checkel, J. T. (2015). Process tracing: From philosophical roots to best practices. Em A. Bennett & J. T. Checkel (eds.), *Process Tracing: From Metaphor to Analytic Tool* (pp. 3-37). Cambridge University Press.
- Bevir, M. (2008). Meta-methodology: Clearing the Underbrush. Em J. M. Box-Steffensmeier, H. E. Brady & D. Collier (eds.), *The Oxford Handbook of Political Methodology* (pp. 48-70). Oxford University Press.
- Bhaskar, R. (2008). *A Realist Theory of Science*. Verso.
- Box-Steffensmeier, J. M., Brady, H. E. & Collier, D. (2008). Political Science methodology. Em J. M. Box-Steffensmeier, H. E. Brady & D. Collier (eds.), *The Oxford Handbook of Political Methodology* (pp. 3-31). Oxford University Press.
- Brady, H. E. & Collier, D. (eds.) (2010). *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards*. Rowman & Littlefield.
- Bromberger, S. (1966). Why-questions. Em R. G. Colodny (ed.), *Mind and Cosmos: Essays in Contemporary Science and Philosophy* (pp. 86-111). University of Pittsburgh Press.
- Bunge, M. (1979). *Causality and Modern Science* (3^a ed.). Dover Publications.
- Cartwright, N. (1989). *Nature's Capacities and Their Measurement*. Oxford University Press.
- Cartwright, N. (1998). Capacities. Em J. B. Davis, D. W. Hands & U. Mäki (eds.), *The Handbook of Economic Methodology* (pp. 45-48). Edward Elgar.
- Cartwright, N. (1999). *The Dappled World: A Study of the Boundaries of Science*. Oxford University Press.

- Cartwright, N. (2007). *Hunting Causes and Using Them: Approaches in Philosophy and Economics*. Oxford University Press.
- Cartwright, N. (2014). Causal Inference. Em N. Cartwright & E. Montuschi (eds.), *Philosophy of Social Science: A new introduction* (pp. 308-326). Oxford University Press.
- Cartwright, N. (2017). RCTs, Evidence, and Predicting Policy Effectiveness. Em H. Kincaid (ed.), *The Oxford Handbook of Philosophy of Social Science* (pp. 298-318). Oxford University Press.
- Chakravarty, A. (2010). *A Metaphysics for Scientific Realism*. Cambridge University Press.
- Chernoff, F. (2007). Theory and Metatheory in International Relations: Concepts and Contending Accounts. Palgrave.
- Chernoff, F. (2014). Explanation and Progress in Security Studies: Bridging Theoretical Divides in International Relations. Stanford University Press.
- Collier, D., Brady, H. E. & Seawright, J. (2010). "Introduction to the second edition: A sea change in political methodology". Em H. E. Brady & D. Collier (eds.), *Rethinking Social Inquiry: Diverse Tools, Shared Standards* (pp. 1-10). Rowman & Littlefield.
- Hay, C. (2015). Relevant to whom? Relevant for what? The role and public responsibility of the political analyst. Em G. Stoker, J. Pierre & B. G. Peters (eds.), *The Relevance of Political Science* (pp. 50-64). Palgrave.
- Dessler, D. (1989). What's at stake in the agent-structure debate? *International Organization*, 43(3), 441-473. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0020818300032999>
- Dowding, K. (2016). The Philosophy and Methods of Political Science. Palgrave.
- Easton, D. (1962). Introduction: the current meaning of 'Behavioralism' in Political Science. Em J. C. Charlesworth (eds.), *The limits of Behavioralism in Political Science* (pp. 1-25). The American Academy of Political Science.
- Elder-Vass, D. (2011). *The causal power of social structures: Emergence, structure and agency*. Cambridge University Press.
- Farr, J. (1995). Remembering the revolution: Behavioralism in American Political Science. Em J. Farr, J. S. Dryzek & S. T. Leonard (eds.), *Political Science in History: research programs and political traditions* (pp. 198-224). Cambridge University Press.
- Franklin-Hall, L. R. (2016). High-Level Explanation and the Interventionist's 'Variables Problem'. *British Journal for the Philosophy of Science*, 67(2), 553-577. <https://doi.org/10.1093/bjps/axu040>
- Garfinkel, A. (1981). Forms of explanation: Rethinking the questions in social theory. Yale University Press.
- Gerring, J. (2017). Qualitative methods. *Annual Review of Political Science*, 20, 15-36. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-092415-024158>
- Godfrey-Smith, Peter (2021). *Theory and reality: An introduction to the Philosophy of Science*. Princeton University Press.
- Goertz, G. & Mahoney, J. (2012). *A tale of two cultures: Qualitative and quantitative research in the social sciences*. Princeton University Press.
- Gooding, R. & Klingemann, H. (1998). Political Science: the discipline. Em R. Gooding & H. Klingemann (eds.), *A new handbook of Political Science* (pp. 3-49). Oxford University Press.

- Gunnell, J. (2006). The Founding of the American Political Science Association: Discipline, profession, political theory, and politics. *American Political Science Review*, 100(4), 479-486. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003055406062320>
- Harré, R. (1970). Powers. *British Journal for the Philosophy of Science*, 21, 81-101. DOI: <https://doi.org/10.1093/bjps/21.1.81>
- Hedström, P. & Ylikoski, P. (2010). Causal Mechanisms in the Social Sciences. *Annual Review of Sociology*, 36, 49-67. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.012809.102632>
- Heaney, M. T. & Hansen, J. M. (2006). Building the Chicago School. *American Political Science Review*, 100(4), 589-596. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0003055406062460>
- Hempel, C. G. & Oppenheim, P. (1948). Studies in the logic of explanation. *Philosophy of Science*, 15(2), 135-175. DOI: <https://doi.org/10.1086/288305>
- Hempel, C. G. (1965). *Aspects of scientific explanation and other essays in the philosophy of science*. Free Press.
- Hindmoor, A. & Taylor, B. (2015). *Rational Choice* (2^a ed.). Palgrave.
- Holland, P. W. (1986). Statistics and Causal Inference. *Journal of the American Statistics Association*, 81(396), 945-960. DOI: <https://doi.org/10.2307/2289064>
- Hume, D. (1952). An enquiry concerning human understanding. Em R. M. Hutchins (ed.), *Great books of the Western world* (pp. 451-509). University of Chicago Press.
- Jackson, P. T. (2015). Making sense of making sense: Configurational analysis and the double hermeneutic. Em D. Yanow & P. Schwartz-Shea (eds.), *Interpretation and method: Empirical research methods and the interpretive turn* (2^a ed.; pp. 267-283). Routledge.
- Jackson, P. T. (2016). The conduct of inquiry in international relations: Philosophy of science and its implications for the study of world politics (2^a ed.). Routledge.
- Jansson, L. (2014). Causal theories of explanation and the challenge of explanatory disagreement. *Philosophy of Science*, 81(3), 332-348. DOI: <https://doi.org/10.1086/676687>
- Kellstedt, P. M. & Whitten, G. D. (2015). *fundamentos da pesquisa em ciência política*. Blucher.
- Kincaid, H. (2008). Structural realism and the social sciences. *Philosophy of Science*, 75(5), 720-731. DOI: <https://doi.org/10.1086/594517>
- King, G., Keohane, R. O. & Verba, S, (2021). *Designing social inquiry: Scientific inference in qualitative research* (2^a ed.). Princeton University Press.
- Kirkpatrick, E. (1962). The impact of the behavioral approach on traditional political science. Em A. Ranney (ed.), *Essays on the behavioral study of politics* (pp. 1-30). University of Illinois Press.
- Kurki, M. (2008). *Causation in International Relations: Reclaiming causal analysis*. Cambridge University Press.
- Ladyman, J., Ross, D., Spurrett, D. & Collier, J. (2007). *Every thing must go: Metaphysics naturalized*. Oxford University Press.
- Lebow, R. N. (2022). *The quest for knowledge in International Relations: How do we know?* Cambridge University Press.
- Mahoney, J. & Rueschemeyer, D. (2003). Comparative historical analysis: Achievements and agendas. Em J. Mahoney & D. Rueschemeyer (eds.), *Comparative Historical Analysis in Social Sciences* (pp. 3-40). Cambridge University Press.

- Mahoney, J. (2015). Process tracing and historical explanation. *Security Studies*, 24(2), 200-218.
 DOI: <https://doi.org/10.1080/09636412.2015.1036610>
- Mantzavinos, C. (2013). Explanatory games. *The Journal of Philosophy*, 110(11), 606-632. DOI:
<https://doi.org/10.5840/jphil2013110117>
- Mantzavinos, C. (2018). *Explanatory pluralism*. Cambridge University Press.
- Merriam, C. (1921). The present state of the study of politics – Presidential address.
American Political Science Review, 15(1), 173-185. DOI:
<https://doi.org/10.2307/1944081>
- Morton, R. B. & Williams, K. C. (2008). Experimentation in Political Science. Em J. Box-Steffensmeier, H. E. Brady & D. Collier (eds.), *The Oxford Handbook of Political Methodology* (pp. 339-356). Oxford University Press.
- Patomäki, H. (2017). Praxis, politics and the future: a dialectical critical realist account of world-historical causation. *Journal of International Relations and Development*, 20, 805-825.
 DOI: <https://doi.org/10.1057/jird.2016.17>
- Patomäki, H. & Wight, C. (2002). After post-positivism? The promises of critical realism.
International Studies Quarterly, 44(2), 213-237. DOI: <https://doi.org/10.1111/0020-8833.00156>
- Peres, P. S. (2008). Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(68), 53-71.
<https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000300005>
- Pierson, P. (2004). *Politics in time*. Princeton University Press.
- Psillos, S. (1999). *Scientific realism: How science tracks truth*. Routledge.
- Psillos, S. (2002). *Causation and explanation*. Routledge.
- Psillos, S. (2018). The realist turn in the philosophy of science. Em J. Saatsi (ed.), *The Routledge Handbook of Scientific Realism* (pp. 20-34). Routledge.
- Potochnik, A. (2015). Causal patterns and adequate explanations. *Philosophical Studies*, 172(5), 1163-1182. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11098-014-0342-8>
- Reiss, J. (2017). Counterfactuals. Em H. Kincaid (ed.), *The Oxford Handbook of Philosophy of Social Science* (pp. 154-183). Oxford University Press.
- Rice, C. & Rohwer, Y. (2021). How to reconcile a unified account of explanation with explanatory diversity. *Foundations of Science*, 26, 1025-1047. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10699-019-09647-y>
- Salmon, W. C. (1984). *Scientific explanation and the causal structure of the world*. Princeton University Press.
- Shepsle, K. A. (2010). *Analyzing politics*. Norton & Company Publisher.
- Somit, A. & Tannehaus, J. (1976). *The development of American Political Science: from burgess to behavioralism*. Allynand Bacon.
- Stoker, G. (2015). Challenging three blockages to relevance and political science: the obvious, the avoidable and the thorny. Em G. Stoker, J. Pierre & B. G. Peters (eds.), *The Relevance of Political Science* (pp. 19-35). Palgrave.
- Strevens, M. (2008). *Depth: An Account of Scientific Explanation*. Harvard University Press.
- Suganami, H. (1996). *On the Causes of War*. Clarendon Press.

- Suganami, H. (2008). "Narrative Explanation and International Relations: Back to Basics". *Millennium: Journal of International Studies*, 37(2), 327-356. DOI: <https://doi.org/10.1177/0305829808097643>
- Thelen, K. & Mahoney, J. (2015). Comparative-historical analysis in contemporary political science. Em J. Mahoney & K. Thelen (eds.), *Advances in Comparative Historical-Analysis* (pp. 3-36). Cambridge University Press.
- Wœver, O. (2021). Still a Discipline After All These Debates? Em T. Dunne, M. Kurki & S. Smith (eds.), *International Relations Theories: Discipline and Diversity* (5^a ed.; pp. 322-343). Oxford University Press.
- Waldner, D. (2015). Process Tracing and Qualitative Causal Inference. *Security Studies*, 24(2), 239-250. DOI: <https://doi.org/10.1080/09636412.2015.1036624>
- Waldner, D. (2017). Process Tracing and Causal Mechanisms. Em H. Kincaid (ed.), *The Oxford Handbook of Philosophy of Social Science* (pp. 65-84). Oxford University Press.
- Wendt, A. (1999). *Social Theory of International Politics*. Cambridge University Press.
- Wight, C. (2006). *Agents, structures and international relations: Politics as ontology*. Cambridge University Press.
- Wilson, W. (1963). *Governo constitucional nos Estados Unidos*. Ibrasa.
- Woodward, J. (1992). Realism about laws. *Erkenntnis*, 36(2), 181-218. DOI: <https://doi.org/10.1007/bf00217473>
- Woodward, J. (2002). What is a mechanism? A counterfactual account. *Philosophy of Science*, 69, S366-S377. DOI: <https://doi.org/10.1086/341859>
- Woodward, J. (2003). *Making things happen: A theory of causal explanation*. Oxford University Press.